

POSIÇÃO OFICIAL DA APMVEAC

ASSUNTO: REGULAMENTO DE ESPECIALIDADES

A necessidade de especialização dentro da medicina veterinária é incontestável e necessária. No entanto, o processo de especialização da classe deveria ser gradual ou por etapas de forma a ir de encontro à evolução da profissão, na sua contextualização social e na sua organização interna.

Perante a publicação na II Série do Diário da República do Regulamento geral de especialidades da Ordem dos Médicos Veterinários (Regulamento nº 529/2014) a APMVEAC apresenta a seguinte posição oficial:

1 - Não considera coerente criar áreas de especialidade em medicina e cirurgia em animais de companhia e depois criar áreas específicas. Consideramos que a área geral de especialização deveria ser clínica de animais de companhia e as áreas específicas decorrentes seriam medicina interna de animais de companhia, cirurgia de animais de companhia, etc.

2 - Não reconhece especialidades que não assentam na medicina baseada na evidência: referimos concretamente a gestão veterinária, a quiroprática e a homeopatia. Reconhece a sua existência e aplicação mas não as considera especialidades médicas, ao contrário da linha em que se encontra a acupunctura, reconhecida já pela medicina humana e com conteúdo publicado em revistas *peer review*.

3 - A APMVEAC apresenta grandes reservas e critica diretamente a formação da comissão de avaliação uma vez que apresenta sérios conflitos de interesse e conduzindo ao enviesamento da atribuição do título de especialista. Neste ponto específico consideramos que: o painel de avaliação deverá, em maioria ser representado por especialistas de reconhecido mérito na área ou seja, especificamente, especialistas do colégio europeu ou residentes do mesmo com residência cumprida, aptos para defender o título. Não existindo representantes portugueses suficientes dever-se-á convidar um painel de especialistas internacionais para reconhecer o primeiro grupo de especialistas portugueses que posteriormente constituiriam o painel definitivo de avaliação. A comissão de avaliação não deverá e nem poderá, na nossa opinião, ser constituído por elementos do corpo directivo da OMV, por uma questão de transparência na avaliação do primeiro painel e consequentes. Por fim, não consideramos o reconhecimento de especialistas reconhecidos por instituições de ensino superior como especialistas de facto uma vez que existem instituições europeias (FVE, EBVS e agora VETCee) que regulamentam a atribuição e o reconhecimento do título de especialistas (EBVS) ou de especialização intermédia (FVE, VETCee)

A APMVEAC não reconhece nem concorda com a tabela de avaliação curricular publicada no referido documento. Todos os especialistas deverão ser submetidos a um exame, à semelhança do verificado na ordem congénere dos Médicos.